



Vai à sanção empresa individual de responsabilidade limitada

Nova modalidade vai permitir que brasileiro possa iniciar um negócio sem colocar em risco o seu patrimônio pessoal. Projeto aprovado pelo Plenário exige capital mínimo de R\$ 54,5 mil e limita a uma empresa por pessoa

Empresas individuais com capital mínimo de R\$ 54,5 mil poderão ser abertas pelos brasileiros, que não precisarão comprometer seus bens pessoais com os

débitos do negócio. Projeto aprovado ontem pelo Plenário (PLC 18/11), relatado por Francisco Dornelles (PP-RJ), cria a figura da “empresa individual de responsabilidade

de limitada”. O projeto, que segue para a sanção da presidente Dilma Rousseff, prevê a limitação de apenas uma empresa individual por pessoa, para evitar fraudes. **5**

José Cruz/Senado Federal



Abertura da TV por assinatura às teles longe de consenso **3**

Rodrigo Rollemberg, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Delcídio do Amaral e Roberto Requião reuniram as cinco comissões permanentes que presidem para ouvir governo, emissoras, teles e agências reguladoras

Jane Araújo/Senado Federal



Presidente do Senado, José Sarney, dirige reunião da comissão: prazo definido vai assegurar resposta ao cidadão

Ouidoria responderá ao cidadão em 30 dias

Proposta definindo prazo foi aprovada ontem pela Comissão Diretora e será submetida ao Plenário. **6**

Collor propõe mudanças no projeto que trata de sigilo **2**

Segunda etapa do Minha Casa, Minha Vida é elogiada **5**

Prioridade para produtor receber dívida de frigorífico **4**

Senadores aprovam incentivos ao turismo rural **7**

Agrotóxico novo tem dois anos para ser lançado

Projeto aprovado pela CRA dá prazo de dois anos, a contar do registro, para o lançamento do produto. **4**



Para Acir Gurgacz, que presidiu a reunião da CRA, projeto estimula a competitividade do agronegócio brasileiro

José Cruz/Senado Federal

Senador que preside a CRE defende alterações para evitar que comissão mista de avaliação fique acima da própria Presidência da República

Collor propõe mudanças no sigilo de documentos

A COMISSÃO MISTA de Reavaliação de Informações, cuja criação está prevista no projeto de lei da Câmara (PLC 41/10) que regulamenta o acesso a documentos governamentais, deve ser coordenada pelo vice-presidente da República e ter caráter apenas consultivo. Essa é uma das sugestões de mudança no projeto apresentadas ontem pelo senador Fernando Collor (PTB-AL), presidente da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), durante reunião do colegiado.

Na opinião do senador, o projeto deve estabelecer a composição da comissão e alterar a sua competência, para que ela deixe de ser decisória – ao contrário do que estabelece o texto aprovado pela Câmara. Da forma como se encontra atualmente, advertiu, o texto torna o próprio presidente da República subordinado

à comissão.

– Esta seria uma inversão de hierarquia – advertiu Collor.

Entre as outras sugestões apresentadas pelo senador, está a de manter como secretas as informações referentes ao presidente. Segundo o projeto, essas informações seriam reservadas e mantidas sob sigilo até o final do mandato presidencial ou do segundo mandato, em caso de reeleição. Collor observou que

o prazo de divulgação de informações secretas é de 15 anos. Ou seja, o período extrapola o mandato presidencial, ainda que haja reeleição.

– No meu caso, fui presidente há aproximadamente 20 anos. Todas as informações relativas a meu governo já estão inteiramente disponíveis. O mesmo em relação ao presidente José Sarney. Diferentemente do que se tem divulgado, não há cono-

tação pessoal nos meus comentários. Longe disso, não é uma questão pessoal ou de governo, é uma questão de Estado – afirmou Collor.

O senador ressaltou que diversos aspectos do texto aprovado pela Câmara dos Deputados “podem gerar impacto danoso não só à administração pública brasileira, mas também e, principalmente, à segurança do Estado e da sociedade”.

Sarney defende texto original de projeto

O **Jornal do Senado** errou no título da matéria “Sarney defende possibilidade de sigilo eterno em documentos”, publicada na edição de ontem. Na verdade, o presidente do Senado, José Sarney, defende que seja mantido o teor do Projeto de Lei 5.228/09 conforme foi enviado ao Congresso pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse projeto, em seu inciso II do artigo 30, prevê apenas “prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do país”. Veja abaixo a íntegra da nota divulgada quarta-feira pela Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado.

O presidente do Senado Federal, José Sarney, é favorável à integridade do Projeto de Lei 5228/09, que regula o acesso às informações, e deseja mantê-lo tal como foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O senador entende que o projeto foi desvirtuado por emendas que suprimiram partes importantes do texto original. Assim, defende que sejam mantidos os pontos abaixo:

1 O INCISO II DO ARTIGO 2º

Informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

2 OS SEQUENTES PARÁGRAFOS DO ARTIGO 5º

§ 1º O acesso à informação previsto no *caput* não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

§ 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, fica assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia, se for possível a ocultação ou expurgo da parte sob sigilo.

3 O PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 6º

§ 2º Para cumprimento do disposto no *caput*, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar-se de todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, preferencialmente sítios oficiais da rede mundial de computadores.

4 O PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 9º

§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

5 O ARTIGO 16

Art. 16. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso.

6 O CAPUT DO ARTIGO 18 E SEUS INCISOS I, II E III E O PARÁGRAFO 5º

Art. 18. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

- I - ultrassecreta: vinte e cinco anos;
- II - secreta: quinze anos; e
- III - reservada: cinco anos.

§ 5º Na classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

- I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e
- II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

7 O ARTIGO 19

Art. 19. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação, as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possa:

- I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
- II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do país, ou que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros estados e organismos internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do país;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;

VI - pôr em risco a segurança de instituições ou altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares;

VII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

8 O PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 20

§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

9 O CAPUT DO ARTIGO 22 E SEUS INCISOS I, II E III

Art. 22. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência:

- I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:
 - a) presidente da República;
 - b) vice-presidente da República;
 - c) ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;
 - d) comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e
 - e) chefes de missões diplomáticas e consulares permanentes no exterior;
- II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista e das autoridades que exercam cargos ou funções de direção, comando ou chefia, de hierarquia equivalente ou superior ao nível DAS 101.5, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei;
- III - no grau de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exercam funções de direção, comando ou chefia, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei.

10 O CAPUT DO ARTIGO 24

Art. 24. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à sua desclassificação ou redução do prazo de sigilo, observado o disposto no art. 18.

11 O INCISO III DO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 30

III - prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no art. 18, § 10, em cada renovação.

12 O ARTIGO 31

Art. 31. O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.

13 O ARTIGO 32 E SEU INCISO II

Art. 32. Fica instituído, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e Credenciamento – NSC, que tem por objetivos:

- II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.

Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado



Para Collor, texto aprovado na Câmara pode ser danoso à segurança do Estado

João Pedro: sociedade tem direito de conhecer a verdade

João Pedro (PT-AM) questionou ontem os motivos dos defensores da manutenção do texto original do projeto de lei da Câmara (PLC 41/10) que regula o acesso a informações públicas.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Uma emenda dos deputados estabelece que o sigilo desse tipo de informação poderá ser mantido por no máximo 50 anos. O texto original, enviado ao Congresso pelo

ex-presidente Lula, permitia sigilo por tempo ilimitado.

Citando decisão do governo dos Estados Unidos, que este ano liberou todas as informações sobre a Guerra do Vietnã, João Pedro disse que a sociedade brasileira tem o direito de conhecer a história do país, as decisões dos presidentes e os segredos de Estado, para criticar ou aplaudir.

Jarbas critica Dilma por não dar prioridade à votação do projeto

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu a aprovação do projeto (PLC 41/10) que regula o acesso a documentos oficiais aprovado pela Câmara. O projeto original, do Executivo, não limita a renovação da classificação de sigilo, enquanto o texto aprovado na Câmara limita o prazo a 25 anos para os documentos ultrassecretos, com possibilidade de apenas uma renovação.



Waldemir Barreto/Senado Federal

O senador leu matéria do jornal *O Globo* sobre a intenção do governo de manter o sigilo e retirar a urgência da votação.

– Quero registrar minha discordância com a decisão da presidente de não mais priorizar a votação da Lei de Acesso à Informação, enviada ao Congresso em 2009 e já aprovada pela Câmara e por três comissões do Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não tem votações

9h Sessão não deliberativa, destinada a debates dos senadores.

CRA Erradicação da febre aftosa

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove debate na cidade de Ji-Paraná, em Rondônia. O evento, que faz parte de uma série de audiências públicas organizadas pela CRA, avaliará o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa e as ameaças fitossanitárias, em especial aquelas que podem afetar a criação bovina nas regiões de fronteira.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
 Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
 Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao



Nogueira: "Fenômeno educacional"

Ciro Nogueira elogia Cocal dos Alves, no Piauí

Com pouco mais de 5 mil habitantes e economia basicamente agrária, Cocal dos Alves (PI) se transformou em um "fenômeno educacional", disse Ciro Nogueira (PP-PI). O senador informou que alunos da cidade conquistaram mais de 120 prêmios em competições de conhecimento, especialmente em olimpíadas de matemática.

Esse "impressionante desempenho dos estudantes não tem causas estruturais", mas se deve, sim, aos professores Antônio Cardoso do Amaral e Raimundo Alves, que dão ou deram aulas a todos os estudantes medalhistas, disse Ciro Nogueira.

Claudino pede reajuste de bolsa do Prouni

Depois de destacar a importância do Prouni, programa federal destinado à concessão de bolsas de estudo a alunos de baixa renda em faculdades particulares, o senador João Vicente Claudino (PTB-PI) pediu o reajuste da bolsa-permanência, auxílio que hoje chega a R\$ 360.

– Esses estudantes que estão nas universidades hoje serão a força motriz que irá alavancar o crescimento continuado de nosso país. Esses jovens estarão conduzindo os rumos de nossa sociedade e economia em um futuro próximo – disse o senador.



João Vicente Claudino

Senador diz que situação da saúde no Piauí é difícil

O senador João Vicente Claudino advertiu para a difícil situação da saúde em seu estado e, principalmente, na capital, Teresina. Segundo o parlamentar, a cidade atrai pacientes do interior e até de outros estados, como Maranhão, Bahia e Ceará, o que acarreta uma sobrecarga nos atendimentos.

João Vicente Claudino explicou que Teresina destina 35,4% do orçamento total para a Saúde, e mais de 50% dos gastos com pessoal são direcionados ao pagamento de profissionais da área.

A abertura do serviço de TV por assinatura à exploração das teles já vem sendo promovida pela Anatel. Agências reguladoras de telecomunicações e de cinema aprovam a unificação legal prevista no projeto em exame na Casa

Entrada de teles no mercado de TV por assinatura gera polêmica no Senado

A AUDIÊNCIA QUE o Senado realizou sobre o PLC 116/10 reproduziu a polêmica que vem acompanhando o assunto. Além de contrapor os segmentos de telecomunicações – que pretendem explorar o serviço de TV por assinatura – e o de radiodifusão, que atualmente domina esse mercado, a proposta estabelece cotas para a produção audiovisual brasileira.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) apoia o projeto, com o argumento de que a abertura do mercado às teles pode ampliar a oferta do serviço, melhorar sua qualidade e reduzir os preços cobrados.

A agência reguladora, aliás, já vem promovendo a abertura do mercado de TV por assinatura – iniciativa que foi criticada por vários participantes da audiência, como o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). Ele argumenta que as medidas adotadas pela Anatel se sobrepõem às discussões sobre o PLC 116/10. Eunício é o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que preside.

O projeto também é defendido pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). Além de reiterar "a escassez de oferta e os altos preços do serviço", o

diretor-presidente da agência, Manoel Rangel, declarou que "sem esse marco regulatório, não haverá segurança jurídica para o setor".

O projeto unifica a legislação para todas as formas de TV por assinatura – além do cabo, a transmissão também pode ser feita via satélite ou por microondas. Atualmente, operadoras de telefonia como Telefônica, Embratel e Oi não podem participar da TV a cabo, mas oferecem o serviço via satélite.

Entre os senadores que apoiam a proposta estão Eduardo Braga (PMDB-AM) e Walter Pinheiro (PT-BA). Para Eduardo Braga,

que é presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), um dos subprodutos do novo marco regulatório seria a ampliação da oferta da internet de banda larga, com a possível redução nos preços cobrados.

Durante a audiência, o representante das Organizações Globo, Evandro Guimarães, defendeu a aprovação do PLC 116/10 sem qualquer alteração, em particular no que se refere aos artigos 5º e 6º – que impedem as teles de produzir conteúdo. Evandro argumentou que isso é necessário, inclusive, para a identidade cultural do país.



Manoel Rangel, diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), acredita que a aprovação do projeto terá impacto positivo para a oferta de serviços e a redução de preços

Empresário aponta risco de domínio de grupos econômicos

O presidente do Grupo Bandeirantes, João Carlos Saad, posicionou-se contra o projeto durante a audiência pública. "O texto não impede que grupos econômicos dominem os diversos pacotes de programas e, assim, mantém o chamado *gatekeeper*", disse Saad, referindo-se à Globosat, que detém quase 90% da produção. Ele também disse não ser contra a entrada das teles, mas argumenta que a proposta promove uma entrada "desordenada" dessas empresas no mercado de TV a cabo.

O representante da Associação Brasileira dos Programadores de TV por Assinatura, Marcos Bitelli

declarou que o texto "usa os truques jurídicos das referências cruzadas [em termos de legislação] e é muito difícil de entender, resultando num quebra-cabeça que só o presidente da Ancine é capaz de explicar".

– Isso vai criar um cipóal jurídico. Se passar no Congresso, não passa no Supremo – advertiu.

Por sua vez, a representante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Berenice Mendes, protestou por não ter participado da mesa de debates. Ela disse que a sociedade civil não vem sendo ouvida sobre a questão e que a audiência "só deu voz a empresários e agências".

Cotas para produção nacional opõem governo e emissoras

As cotas para a produção audiovisual nacional – previstas no PLC 116/10 – foram outro ponto de discordância do debate, do qual representantes de diversas assembleias legislativas participaram por videoconferência. O presidente da Ancine, Manoel Rangel, argumentou que a medida é necessária para proteger o conteúdo produzido no país – e que "tal convicção é central para o governo". Mas, para Marcos Bitelli, as cotas revelam "um nacionalismo que não mais se aplica". Segundo Bitelli, "isso representa uma política de restrição, e não

de incentivo". Já Luciana Ferri, representante da HBO, também criticou as cotas. Ela afirmou que a empresa vem produzindo filmes e séries nacionais premiados – como *Mandrake*, *Filhos do Carnaval* e *Alice* – e que as cotas podem prejudicar as parcerias responsáveis por essas obras.

O professor de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Murilo Ramos, observou que essas cotas "geram uma grande reação das programadoras internacionais, sendo uma das razões que tornou a tramitação desse projeto difícil".

Walter Pinheiro defende cotas para a produção audiovisual no país

Ao comentar a audiência conjunta, Walter Pinheiro (PT-BA) se mostrou favorável à implementação de cotas para exibição da produção audiovisual nacional no mercado.

Na avaliação do senador, é muito importante para a cultura brasileira que "a rica produção audiovisual das vá-

rias regiões do país" possa ser divulgada. Pinheiro salientou que não se trata de fechar o país à produção audiovisual internacional, mas simplesmente de ampliar as oportunidades para a produção nacional.

– Não são cotas excessivas. Nós estamos falando em três horas semanais – destacou.

O senador considerou fundamental a ampliação da oferta do serviço de TV por assinatura no país, através da permissão para a operação das empresas de telecomunicações nesse setor. Ele informou que, atualmente, o sistema só chega a 262 cidades brasileiras, num universo de 5.665 municípios.

Pinheiro também entende que é preciso cobrar da Agência Nacional de Telecomunicações novas regulamentações do sistema de TV a cabo, a fim de que a agência possa exigir dos operadores de telecomunicações o compartilhamento de sua infraestrutura com novas empresas.

Legislação atual não fixa prazo para colocação do produto no mercado, depois da obtenção do registro. Proposta aprovada pela CRA deve beneficiar produtores rurais

Projeto dá dois anos para lançamento de agrotóxico

FABRICANTE DE AGROTÓXICOS deverá colocar o produto no mercado em até dois anos após a obtenção de seu registro. Caso contrário, o registro será suspenso. É o que prevê projeto (PLS 88/11) aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa.

A proposta diz ainda que a empresa poderá solicitar o restabelecimento do registro suspenso. No entanto, se a comercialização não for iniciada

em outros dois anos, o registro será então cancelado.

A autora, Kátia Abreu (DEM-TO), explica que a legislação em vigor (Lei 7.802/89) não fixa prazo de validade para registros concedidos pelo governo para novos agrotóxicos. Com isso, muitas empresas registram seus produtos, mas, por estratégia comercial, decidem não oferecer o agrotóxico no mercado brasileiro.

O relator na CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), esclarece que isso

ocorre quando o novo agrotóxico concorre com produto mais antigo, comercializado pela mesma empresa, sendo a decisão de atrasar o lançamento da inovação uma forma de manter o produto anterior por mais tempo no mercado.

Gurgacz elogiou a iniciativa de Kátia Abreu e disse acreditar que a fixação de prazo para produção vai acelerar a oferta de novos produtos e contribuir para a competitividade da agropecuária brasileira.



Ana Amélia, Blairo Maggi, Ivo Cassol e Jayme Campos elogiaram a proposta



Projeto de Gurgacz dá prioridade a pecuarista no recebimento de dívidas

Pecuarista pode ser credor prioritário em falência

A CRA aprovou ontem projeto que dá prioridade aos pecuaristas no recebimento de dívidas existentes junto a frigorífico em processo de falência. A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

O autor do PLS 226/11, Acir Gurgacz (PDT-RO), explica que, em geral, os pecuaristas entregam o gado ao frigorífico sob promessa de pagamento futuro.

No entanto, diz ele, tem sido frequente o fechamento da empresa abatedora antes da data prevista para pagamento pelos animais, o que obriga o agricultor credor a se inscrever "em longo e incerto processo" para recebimento da dívida.

Para amenizar o problema, o senador propõe que as dívidas do frigorífico junto aos pecuaristas sejam salgadas após o pagamento de dívidas trabalhistas e tributárias.

O parlamentar lembra que essa mesma alternativa já é dada ao produtor de sementes, quando é fornecedor de empresa que entra em processo de falência.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), elogiou a proposta e apresentou voto favorável ao texto. A iniciativa também foi saudada pelos senadores Blairo Maggi (PR-MT), Ivo Cassol (PP-RO), Jayme Campos (DEM-MT) e Cyro Miranda (PSDB-GO).

Humberto Costa: diálogo com governadores avança



Humberto Costa (PT-PE) apontou avanço no diálogo com o governo sobre a ampliação das políticas de desenvolvimento para as regiões Norte e Nordeste. Dos dez pontos apresentados pelos 16 governadores como pré-requisitos na discussão da reforma tributária,

o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se comprometeu a viabilizar seis. O mais importante desses pontos, para o senador, é a disposição do governo de rever a indexação das dívidas dos estados, consolidadas em 1997.

Pimentel defende juro menor para as dívidas dos estados



Jose Pimentel (PT-CE) defendeu a adoção de um novo índice de atualização das dívidas estaduais negociadas em 1999, com o emprego dos fatores utilizados atualmente pelo governo federal, a exemplo da taxa Selic, utilizada na remuneração dos títulos da dívida pública.

Pelas regras atuais, disse o senador, os estados mais pobres, que em 1999 tinham a menor capacidade de saldar duas dívidas, como Alagoas e Piauí, pagam hoje a maior taxa de juros (18%), enquanto a União paga 12,25%.

Randolfe pede nova regulamentação do FPE

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse estar preocupado com a atual repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do DF (FPE). O senador lembrou que em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o artigo 2º da Lei Complementar 62/89, que regulamenta a divisão dos recursos do FPE. A decisão do STF, disse o senador, deu prazo até 31 de dezembro de 2012 para que o Congresso resolva o problema, com uma nova legislação sobre o tema.



Flexa Ribeiro destaca frente em defesa da região Norte

A formação da Ação Parlamentar Pró-Amazônia, uma frente formada por 27 senadores, foi destacada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Segundo o senador, o grupo solicitou ao Executivo que não haja contingenciamento nos recursos para o combate da febre aftosa na Amazônia Legal. Pediu também isonomia aos produtores rurais da Amazônia na renegociação das dívidas com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) em relação aos devedores do fundo do Nordeste (FNE).



CRE aprova novo embaixador para Antígua e Barbuda

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a indicação de Raul Campos e Castro para embaixador junto a Antígua e Barbuda, no Caribe. Também foi aprovada outra mensagem presidencial, indicando o atual embaixador no Congo, Paulo Américo Veiga Wolowski, para acumular o cargo junto à República Centro-Africana.

Campos e Castro destacou aos senadores o peso dos países caribenhos no contexto interamericano. Esses países, como observou, representam 44% dos votos da Organização dos Estados Americanos. Ele mencionou ainda recentes iniciativas brasileiras de aproximação com a região, como a abertura de um escritório da Embrapa para as Américas, no Panamá, e a adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe.

A respeito das relações bilaterais, o embaixador indicado informou que o governo de Antígua e Barbuda tem interesse na abertura de cursos de português em seu país, como forma de facilitar o envio de técnicos para treinamento no Brasil.

Ele mencionou também o interesse daquele país no programa brasileiro de biocombustíveis, que poderia ajudar Antígua e Barbuda a depender menos do petróleo.

Relator da mensagem presi-

dencial de indicação de Campos, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a ampliação do comércio bilateral – quintuplicado de 2002 a 2010, alcançando US\$ 5,2 milhões – demonstra o acerto da abertura de novas embaixadas em pequenos países do Caribe, criticada por parlamentares da oposição.

A comissão aprovou também três projetos de decreto legislativo (PDS) referentes a acordos internacionais. O PDS 323/10 ratifica convênio de cooperação de combate à criminalidade com a Espanha; o PDS 124/11 aprova acordo de cooperação em matéria de defesa com a Namíbia; e o PDS 126/11 refere-se a acordo com a Bélgica sobre o exercício profissional pelos dependentes de pessoal diplomático e consular.

Ilhas no Caribe

Antígua e Barbuda

- » Área: 442,6 km²
- » População: 87.884
- » PIB per capita: US\$ 16.400
- » Capital: Saint John's

Fonte: CIA World Factbook

Ivo Cassol elogia Plano Estratégico de Fronteiras

O senador Ivo Cassol (PP-RO) parabenizou o governo federal pelo anúncio do Plano Estratégico de Fronteiras, feito no início do mês, pelos ministros da Justiça, José Eduardo Car-



dozo, e da Defesa, Nelson Jobim.

De acordo com o senador, o novo plano é de grande importância, por representar um esforço para coibir não apenas o contrabando comum, cujo maior prejuízo é causado ao fisco, mas principalmente o tráfico de armas e drogas.

– Boa parte da violência que se instala em nossas grandes cidades tem suas raízes no contrabando, no tráfico de armas e de drogas. O crime organizado se alimenta do contrabando. Se cortarmos essa fonte de alimentação, o crime enfraquece – disse.

Ivo Cassol elogiou ainda a equipe do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, pela série de reportagens mostrando a vulnerabilidade das fronteiras brasileiras, em 45 dias de viagens.

Anibal: fórum aproxima cidades da fronteira entre Brasil e Peru

Anibal Diniz (PT-AC) registrou a realização do 1º Fórum Internacional de Municípios Fronteiriços Brasil-Peru, ocorrido nos dias 9 e 10, na cidade de Rio Branco. O encontro teve o objetivo de fortalecer as relações econômicas e socioculturais entre as populações dos dois países.



Thaumaturgo, Plácido de Castro, Santa Rosa dos Purus, Senador Guiomard, Tarauacá e Xapuri.

Do lado brasileiro, participaram prefeitos e autoridades das cidades acrianas de Rio Branco, Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Mâncio Lima, Marechal

Da parte do Peru, estiveram presentes autoridades das províncias ou distritos de Tambopata, Tahuamanu, Coronel Portillo, Atalaya, Purús, Laberinto, Las Piedras, Yurúa e Ibéria.

– Esse fórum teve como ponto de vista a aproximação dessas comunidades da região fronteiriça e a formação de uma identidade regional – disse o senador.



O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), participou da cerimônia de lançamento da segunda etapa do programa Minha Casa, Minha Vida, ontem, no Palácio do Planalto. O programa prevê investimentos de R\$ 125,7 bilhões entre 2011 e 2014 para construir dois milhões de unidades habitacionais. A segunda etapa prevê a ampliação das faixas de

renda familiar para aumentar o número de beneficiários, priorizando a população de baixa renda. Na foto, Sarney está ladeado pelo ministro das Cidades, Mário Negromonte (E); pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; pela presidente Dilma Rousseff; pelo presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia; e pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Crivella comemora inclusão da energia solar

O lançamento da segunda fase do programa Minha Casa, Minha Vida representa a “esperança de redenção” para um país que, apesar da grande fatura de matéria prima para construção civil, segue com milhares de habitantes vivendo em barracos, afirmou o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

A segunda etapa do programa vai oferecer 2 milhões de moradias e as casas serão entregues com energia solar. A medida teria atendido a pedido do próprio Crivella à época do lançamento da primeira etapa.



Marcelo Crivella

Compreensão dos senadores garantiu programa, diz Moka

Waldemir Moka (PMDB-MS), relator da medida provisória que tratou da segunda etapa do Minha Casa, Minha Vida, lembrou que foram apresentadas sugestões para aprimoramento do programa, mas por falta de tempo para o Senado, a MP foi aprovada sem alterações. Ele ressaltou a compreensão dos senadores, inclusive os da oposição, “que poderiam ter criado algum tipo de dificuldade, mas concordaram com a aprovação”. Moka destacou que 60% do total de casas a serem construídas – ou seja, 1,2 milhão – serão destinadas a famílias com renda de até três salários mínimos.



Waldemir Moka

Ângela destaca atendimento aos deficientes

A senadora Ângela Portela (PR-RR) comemorou o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida 2. A senadora destacou a prioridade dada pelo governo às pessoas com deficiência na obtenção dos benefícios do programa.

– Um dos aspectos mais importantes desta segunda fase e que quero destacar aqui, porque me sinto pessoalmente atendida, é que as novas unidades habitacionais vão contemplar também características de acessibilidade – relatou.



Ângela: prioridade ao deficiente

Jorge Viana prevê sucesso idêntico à primeira versão

Jorge Viana (PT-AC) ressaltou que, no Brasil, 8 milhões de famílias não têm moradia adequada, por isso ele previu que o programa Minha Casa, Minha Vida 2 deverá repetir o desempenho da primeira versão, lançada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que permitiu a construção de um milhão de unidades habitacionais e a geração de mais de 15 milhões de empregos com carteira assinada.

O senador salientou que o programa se dirige diretamente à mulher, que não precisa mais do aval do marido para a inclusão no programa.



Jorge Viana: mulheres como alvo

Empresa individual limitada é aprovada e vai à sanção

Segundo Francisco Dornelles, proposta “é da maior importância para o fortalecimento da microempresa, para a retirada da informalidade e para o crescimento econômico”

OS EMPREENDEDORES BRASILEIROS poderão ter em breve a possibilidade de abrir negócios individuais com capital mínimo de R\$ 54.500,00 e sem comprometer seus bens pessoais com as dívidas da empresa. É que o Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que permite a abertura de empresa individual de responsabilidade limitada como nova modalidade de pessoa jurídica. A proposta, de autoria do deputado Marcos Montes (DEM-MG), vai à sanção.

Pelo Código Civil, para ter personalidade jurídica de natureza limitada é preciso que duas ou mais pessoas unam capital e formem uma sociedade. Com isso, os sócios conseguem a distinção entre o patrimônio da empresa e seus patrimônios pessoais. Com a alteração no Código prevista no PLC 18/11, empreendedores individuais podem abrir empresas seguindo as mesmas regras das sociedades limitadas, e podendo, também, proteger seu patrimônio pessoal de eventuais riscos.

A empresa individual de responsabilidade limitada, seguindo o projeto, receberá a



Um dos maiores defensores da medida, Dornelles relatou a iniciativa na CCJ

expressão “Eireli” em seu nome empresarial, após a denominação social. Para evitar abusos ou desvios de finalidade no uso dessa nova personalidade jurídica, a iniciativa prevê apenas uma empresa individual por pessoa e a exigência de um capital integralizado de, no mínimo, cem vezes o valor do salário mínimo vigente no país.

Fortalecimento

– Este projeto é da maior importância para o fortalecimento da microempresa no Brasil, para a retirada da informalidade e o crescimento econômico –, comemorou senador Francisco Dornelles (PP-RJ), relator da proposta na CCJ e um de seus principais defensores.

Dornelles recebeu elogios da senadora Ana Amélia (PP-RS), que considerou sua luta pela aprovação do projeto um “trabalho sacerdotal”.

Já Wellington Dias (PT-PI) pediu a rápida sanção da proposta pela presidente Dilma Rousseff, e sua regulamentação pelo Sebrae. Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o projeto é “a mais importante matéria para a micro e pequena empresa do Brasil desde o advento do estatuto da microempresa e do Simples Nacional”.

Segundo o senador Walter Pinheiro (PT-BA), a proposição foi um “somatório do que o Senado conseguiu aprovar para permitir que o microempresário saia da informalidade”.

Marta Suplicy defende atualização do Simples Nacional

Marta Suplicy (PT-SP) ressaltou que as micro e pequenas empresas são responsáveis por 57% da geração de empregos formais no país, e defendeu que o Senado aprove as melhorias no Simples Nacional.

Entre as melhorias na Lei 123/06 previstas pelo projeto (PLS 467/08 – Complementar), explicou a senadora, está a atualização dos limites para enquadramento ao Simples Nacional,

que agrega vários tributos nacionais, estaduais e municipais. Para ser considerada pequena empresa, o faturamento anual precisa estar enquadrado em R\$ 2,4 milhões; microempresa deve faturar até R\$ 240 mil por ano; e o microempreendedor individual deve faturar até R\$ 36 mil. Mas esses limites estão defasados, avaliou.

– Os limites permanecem os mesmos desde dezembro de



Marta Suplicy ressaltou a importância das micro e pequenas empresas

2006; houve inflação e o desenvolvimento econômico leva a um maior faturamento – disse.



Pedro Simon

Pedro Simon pede veto a “emenda de contrabando”

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu o veto presidencial a uma “emenda de contrabando” à MP 517/11, que criou o regime diferenciado de contratações para os eventos mundiais. A emenda permite que bancos em liquidação deduzam de suas dívidas com o BC créditos por valor superior ao do mercado. Ana Amélia (PP-RS) informou que a própria Dilma lhe disse que vetará a emenda.



Luiz Henrique: mais investimentos

Luiz Henrique propõe saída para dívidas de estados

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) apresentou projeto para transformar o pagamento de 20% da dívida pública mobiliária dos estados e municípios em investimentos diretos. A proposta, garantiu, foi endossada pela bancada do PMDB. Pelo PLS 335/11, os recursos deverão ser aplicados exclusivamente em investimentos, ficando vedado o uso em custeio da máquina pública e folha de pessoal.



Wellington é funcionário da Caixa

Wellington exalta papel da Caixa em programas sociais

Wellington Dias (PT-PI) destacou o papel da Caixa Econômica Federal no desenvolvimento do Brasil e do Nordeste. Dizendo ter orgulho de ser empregado da Caixa, o senador destacou que o banco realizou mais de 1 bilhão de pagamentos de 2003 a 2010, num total de R\$ 669 bilhões. Wellington lembrou a importância do banco em políticas públicas como PAC, Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida.

A Comissão Diretora acredita que, ao determinar um prazo para a Ouvidoria responder a sugestão, denúncia ou elogio, é possível garantir a devida resposta do Senado



José Sarney preside reunião da Comissão Diretora: ouvidor deverá informar o encaminhamento dado às reclamações

Ouvidoria terá 30 dias para responder à população

A OUIDORIA DO Senado terá um prazo de 30 dias para responder as manifestações dos cidadãos. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão Diretora e será submetida ao Plenário.

O ouvidor deverá informar ao interessado o encaminhamento dado às sugestões, críticas, elogios, reclamações e denúncias registrados no órgão, exceto na hipótese em que a lei estabelecer o dever de sigilo. Ele também deverá sugerir mudanças visando o controle social da instituição, bem como o aperfeiçoamento da organização do Senado.

– O objetivo é que, ao fixar um prazo, nós possamos ter a certeza que aquilo que foi

demandado terá a resposta devida da Ouvidoria – assinalou o 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB).

O órgão ou servidor ao qual forem solicitadas informações ou cópias de documentos pelo ouvidor deverá atender a solicitação no prazo de cinco dias úteis. Em caso de atraso injustificado, poderá ser responsabilizado pela falta de informação.

Além de requerer ou promover atividades e investigações, quando cabíveis, o ouvidor poderá realizar audiências públicas com segmentos da sociedade e utilizar os meios de comunicação da Casa para divulgação de suas atividades.

O ato da Comissão Diretora

também determina a publicação periódica no Portal do Senado de relatório das atividades da Ouvidoria.

Implantação

Atualmente, o ouvidor é o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), indicado pelo presidente do Senado, José Sarney, em abril.

A Ouvidoria do Senado foi criada em 2005, mas ainda não havia sido efetivamente implantada.

O órgão é constituído por um ouvidor-geral designado no início da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, para mandato de dois anos, proibida a recondução no período subsequente.

Senado devolverá à União 15 imóveis em Brasília

A Comissão Diretora do Senado devolverá à União 15 apartamentos localizados em Brasília que estavam sob responsabilidade da Casa. Hoje, 13 são ocupados por ex-funcionários e parentes, e dois estão vazios.

– Não tem por que o Senado estar administrando apartamentos que foram distribuídos sem critério – explicou o 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB).

Também foi aprovado ato que autoriza o estabelecimento da Rede Senado de TV Digital. De acordo com Lucena, serão adotadas medidas para a implantação imediata da rede, como a compra de equipamentos e investimento em tecnologia.

Emendas de bancada estadual devem ter regras mais claras

Para deixar mais claras as regras de apresentação de emendas coletivas de bancada estadual ao projeto de lei orçamentária anual, a Mesa do Senado aprovou ontem projeto de resolução retirando a exigência de apenas uma obra beneficiada pela emenda, desde que se refira a um mesmo projeto, programa ou ação dos governos estadual e federal. Com a mudança, mais municípios poderão ser beneficiados com emendas de bancadas.

O projeto (PRS 2/11) altera a Resolução 1/06 – CN (Comissão de Orçamento), que determina que cada emenda só poderá ser destinada a um ente federado: município, estado ou governo

federal e um objeto. A destinação dos recursos continuará para uma única área, mas os parlamentares poderão enviar o dinheiro para um projeto do estado que atenda várias cidades.

– A proposta é que a emenda de bancada possa ser aplicada em mais de um município nos estados, mas apenas com um único objetivo e com apenas um ente a fazer a aplicação – explicou o 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB).

Para o autor da proposta, Ciro Nogueira (PP-PI), a medida evitará que obras não sejam concluídas e beneficiará principalmente os estados menores.

Ana Amélia defende maior presença feminina na política

A senadora Ana Amélia (PP-RS) defendeu ontem uma maior participação feminina no processo político-eleitoral. Ela espera que, aprovado o sistema em lista fechada nas eleições proporcionais, metade da relação seja composta por mulheres, conquistando-se, assim, a igualdade de gênero no processo eleitoral. A lista fechada é um dos itens da reforma política em análise no Senado.

A senadora fez essa afirmação ao comentar audiência pública realizada segunda-feira na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com o tema “A reforma política na questão de gênero”.

Ana Amélia disse que nas

eleições do ano passado apenas 17,3% dos partidos políticos cumpriram a determinação legal quanto à participação de candidatas mulheres, porcentagem que deve ser de 30%.

Ela também lembrou que existem 27 partidos no Brasil, nenhum dos quais é presidido por uma mulher. “No ano passado, só o PSOL era comandado por mulher, a ex-senadora Heloísa Helena”, observou.

Ana Amélia disse acreditar que o “empoderamento das mulheres” se dê inicialmente no campo partidário. Ela espera que a forte presença feminina no primeiro escalão do governo Dilma Rousseff possa estimular a participação das mulheres na atividade política.



Renan lembrou carreira do radialista e ex-prefeito de Maceió Sandoval Caju

Renan elogia filme sobre Sandoval Caju

Renan Calheiros (PMDB-AL) falou do lançamento do documentário *Sandoval Caju – além do conversador*, em Maceió, na semana passada. Dirigido por Pedro da Rocha, o filme mostra a trajetória do radialista, escritor e ex-prefeito de Maceió.

O documentário, que tem 55 minutos de duração, foi montado por meio de testemunhos de amigos, registros da imprensa e documentos de historiadores, disse o senador, e mostra a relação de Caju com o rádio, a poesia e a literatura e sua cassação à época da ditadura militar.

Renan Calheiros afirmou que a administração de Caju em Maceió revolucionou o ambiente arquitetônico da cidade. Em sua gestão, realizou muitas obras e construiu 36 praças. Como radialista, Caju criou programas como *Palito de Fósforo* e *Tribuna do Povo*.

Flexa pede voto de aplauso a FHC por seus 80 anos

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) propôs a aprovação pelo Plenário de um voto de aplauso ao ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que completará 80 anos no dia 18 deste mês.

O parlamentar disse que FHC firmou-se como estadista e “grande intelectual” e destacou sua “notável capacidade de articulação partidária” como cofundador e filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sendo também presidente de honra da legenda.

Flexa Ribeiro lembrou que FHC é político, professor, escritor e sociólogo e exerceu a Presidência por dois mandatos consecutivos, de 1995 a 2002, tendo sido ainda senador e ministro das Relações Exteriores e da Fazenda.

Entre seus principais feitos, citou o lançamento do Plano Real, quando ministro da Fazenda no governo Itamar Franco. Ele citou o colunista do jornal *Folha de S.Paulo* Guilherme Barros, que atribuiu ao Plano Real o aprendizado dos brasileiros sobre o “sentido de proporção” quanto à sua capacidade de endividamento.

Flexa ressaltou que o ex-presidente também foi eleito o 11º pensador global mais importante, pela revista *Foreign Policy* em 2009, por sua contribuição para o debate sobre a política antidrogas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Paulo Davim • Mozarildo Cavalcanti • Jayme Campos • Geovani Borges • Ciro Nogueira • Ana Amélia

*Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Lúcia Vânia, presidente da CI

CI vai avaliar licença ambiental para Belo Monte

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), presidida por Lúcia Vânia (PSDB-GO), aprovou a realização de audiência para discutir o licenciamento ambiental para a construção da usina de Belo Monte na bacia do rio Xingu, no Pará. A proposta é de Aloysio Nunes (PSDB-SP), para quem a obra é polêmica.

– Apenas em relação a questões ambientais, o Ministério Público Federal no Pará já ingressou com 11 ações civis públicas, o que revela a complexidade dos problemas que envolvem a obra – afirmou.

A CI também decidiu debater, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a universalização do atendimento de energia elétrica.

Davim apoia investimento em energia limpa



Paulo Davim (PV-RN) defendeu investimentos na produção de energia limpa.

– Precisamos explorar o vento e o sol para produzir energia limpa – disse, salientando que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) já admitiu que o potencial eólico do país é duas vezes maior que o das hidrelétricas.

A expectativa, segundo Davim, é de que, até 2030, cerca de 30% da energia do Brasil venha de fontes renováveis como ventos, sol e biomassa.

Gim presta contas de recursos no Distrito Federal



Gim Argello (PTB-DF) registrou sua prestação de contas à população, como representante do Distrito Federal, sobre os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) aplicados no DF e cidades do Entorno, num total de R\$ 10,5 bilhões. Estão assegurados também para 2011 recursos da ordem de R\$ 3 bilhões, informou.

Entre outras iniciativas, o parlamentar citou a aplicação de R\$ 138 milhões na melhoria do transporte interestadual.

Atividade deverá constar entre as previstas na legislação para efeito do imposto de renda e de trabalho rural. Proposta ainda será analisada em duas outras comissões

Projeto que incentiva o turismo rural passa na CRA

O TURISMO RURAL deverá constar entre as atividades previstas na Lei 8.023/90, que trata do imposto sobre a renda obtida no campo, e na Lei 5.889/73, que dispõe sobre o trabalho rural. Com isso, o produtor que explora a atividade poderá receber visitantes por meio de agências de turismo.

Proposta que prevê esse incentivo ao turismo rural foi aprovada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e segue para as comissões

de Assuntos Sociais (CAS) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde será votada em decisão terminativa.

O PLC 19/11 estabelece que as atividades turísticas desenvolvidas no meio rural devem estar comprometidas com a produção agropecuária, como forma de agregar valor a produtos e serviços do setor.

Casildo Maldaner (PMDB-SC), relator na CRA, apresentou voto favorável. Para o presidente da comissão, Acir Gurgacz (PDT-

RO), a matéria é oportuna, pois facilitará o diálogo em torno do projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11), em tramitação no Senado.

– A matéria vai trazer aumento de renda para o nosso agricultor e terá grande importância para integrar as pessoas que moram nas cidades e as que moram no meio rural – disse Gurgacz, lembrando que o debate do novo código seria favorecido se a sociedade conhecesse melhor a vida do campo.



Grupo de turismo rural em Mato Grosso: produtor poderá receber visitantes por meio de agências de turismo

Comissão aprova debates sobre Código Florestal

A CRA realizará, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), diversas audiências públicas para discutir o projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11). A proposta, apresentada pelo senador Acir Gurgacz, foi aprovada ontem, mas as datas ainda serão marcadas.

Os senadores querem ouvir autoridades e especialistas de diversos segmentos ligados ao tema. Devem ser convidados, por exemplo, os ex-ministros da

Agricultura Alysso Paulinelli e Roberto Rodrigues. Também serão chamados a debater o assunto, entre outros, os pesquisadores da Embrapa Gustavo Curcio e Evaristo Miranda, além de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina.

Na mesma reunião, os senadores aprovaram requerimento da senadora Ana Amélia (PP-RS) propondo a realização de audiência pública para debater

a situação dos acordos internacionais que interferem diretamente nas cadeias produtivas do leite, arroz, trigo, carne e vinho.

Serão convidados, entre outros, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; o presidente da Cooperativa Regional Triticola Serrana, Carlos Poletto; e o presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Alvim.



Senador prevê amplo debate

Randolfe pede debate em profundidade

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que a proposta de novo Código Florestal compromete a defesa do meio ambiente. Por isso, opinou, o assunto deve ser discutido com profundidade.

– Esse debate sobre a proteção das florestas é um debate da sociedade ao qual devem ser chamadas instituições de ensino, o poder público, movimentos sociais, entidades que se preocupam com o nosso futuro comum e com o futuro da nossa biodiversidade.

Randolfe lembrou pesquisa de opinião segundo a qual 95% dos brasileiros não aceitam manter ocupações irregulares nas áreas consolidadas.



Lindbergh quer aperfeiçoar projeto

Para Lindbergh, texto tem artigos contraditórios

Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu a necessidade de o Senado aperfeiçoar o projeto do novo Código Florestal, que, em sua opinião, foi aprovado pela Câmara “de maneira confusa e presa à concepção ultrapassada de que não é possível desenvolver o país e preservar o meio ambiente”.

Ele ressaltou que o texto chegou ao Senado com problemas de redação, artigos contraditórios e lacunas que criam insegurança jurídica.



Rollemberg: atividade autossustentável

Rollemberg propõe mudanças no programa espacial

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) solicitou apoio ao projeto (de sua autoria que pretende modernizar e adequar o programa espacial brasileiro).

O senador ressaltou que o Brasil tem “o melhor sítio de lançamento de foguetes”, em Alcântara (MA), e a possibilidade de desenvolver veículos lançadores de diferentes portes, em parcerias com a Ucrânia e a China.

Para ele, “é um desafio do governo prover o ciclo completo de um programa espacial, com uma base de lançamento comercial e o desenvolvimento de satélites”. O senador destacou a aplicação em comunicação, monitoramento ambiental e vigilância da Amazônia, controle de fronteiras secas, previsão de eventos climáticos extremos, localização de veículos e defesa nacional. O projeto (PLS 221/11) propõe a ampliação da base de arrecadação do Fundo Setorial Espacial com a destinação de recursos de outros fundos de ciência e tecnologia, até que as atividades espaciais se tornem autossustentáveis.



Senador cobra investimentos no setor

Santiago defende reajuste salarial na segurança pública

Wilson Santiago (PMDB-PB) cobrou, em discurso, reajustes salariais e melhores condições de trabalho para os agentes públicos da área de segurança. Ele lembrou que todos os cidadãos têm direito à garantia constitucional da segurança pública, ressaltando que os investimentos do governo no setor nos últimos anos ficaram aquém das reais necessidades da população.

Citando dados do Siga Brasil e da Consultoria Legislativa do Senado, Wilson Santiago observou que em 2006 apenas 0,19% dos recursos do Orçamento da União foram investidos em segurança pública. Em 2010, o índice foi de 0,43%, percentual que ele ainda considera ínfimo.

Para o senador, o Ministério da Justiça, com apoio das outras pastas, deveria viabilizar de forma urgente programas de articulação das políticas de segurança pública, com o objetivo de proteger o cidadão, controlando os índices de criminalidade no meio urbano e no campo.

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, que o Brasil se julga credenciado para um assento permanente no Conselho de Segurança daquela instituição. O secretário-geral elogiou a participação do Brasil na ONU e destacou o papel do país como um elo entre os países ricos e as nações em desenvolvimento. O senador

Fernando Collor (PTB-AL), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), acompanhou o encontro. Ban Ki-moon esteve à tarde no Senado. À noite, ele se encontrou com a presidente da República, Dilma Rousseff. Nos encontros, foram debatidos temas como desenvolvimento sustentável, combate à fome e à pobreza, paz e segurança e reforma da governança global.



Jonas Pereira/Senado Federal

Poetas pedem, em debate no Senado, a regulamentação da profissão de escritor

Paim apoia sugestão de Gustavo Dourado, presidente de academia de Taguatinga (DF), e sugere a entidades da categoria a apresentação, à Comissão de Direitos Humanos, de minuta de projeto regulando a atividade

A ATIVIDADE DE escritor poderá, finalmente, ganhar regulamentação. A sugestão foi apresentada ontem por poetas e escritores durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em comemoração do Dia Nacional da Poesia – 14 de março.

O presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), que requereu a audiência, pediu às entidades da categoria a apresentação à CDH de um anteprojeto para regulação da atividade. A sugestão foi apresentada pelo professor Gustavo Dourado, que também é poeta e cordelista, e preside a Academia de Letras de Taguatinga (DF). Ele destacou que os cordelistas já têm sua atividade regulamentada.

Alcinéa Cavalcante, filha do poeta Alcy Araujo, ressaltou que, por não ter regulamentada sua profissão, os escritores desempenham outras atividades para sobreviverem.

O Senado poderá editar livro com poesias dos poetas presentes à audiência pública, conforme sugeriu o senador Randolfe

Rodrigues (PSOL-AP).

Paim anunciou que vai apresentar projeto para designar o mês de março como Mês da Poesia, em homenagem a ao poeta amazonense Thiago de Mello, que nasceu em 30 de março.

Ao entregar a Paim um livro de sua autoria, Thiago de Mello pediu à sociedade brasileira

que faça um “pacto de amor com a floresta amazônica”.

Código Florestal

Thiago de Mello afirmou discordar do projeto de lei que altera o Código Florestal, em tramitação no Senado, por considerar que o atual texto induz ao desmatamento.

O poeta também apresentou o senador Pedro Simon (PMDB-RS) com exemplar de *Os estatutos do homem* (ato institucional permanente) e pediu, que o texto seja aprovado pelo Parlamento de forma simbólica. No primeiro artigo, a poesia, escrita em forma de norma legislativa, diz: “Fica decretado que agora vale a verdade. Agora vale a vida, e de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira”.



Thiago de Mello (3º à esq.) e Paulo Paim (C) observam o poeta Adison Amaral

Pessoa com deficiência pode entrar no Brasil sem Miséria

A atenção que o plano Brasil sem Miséria pode assegurar à pessoa com deficiência será tema de audiência na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que integra a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A ideia é realizar o debate em 30 de junho, como informa o presidente da subcomissão, senador Lindbergh Farias (PT-RJ). A audiência será a primeira do plano de trabalho sugerido por Lindbergh e aprovado ontem pela subcomissão.

– Toda vez que se discute índices de pobreza extrema no

país também se encontra nesse debate a pessoa com deficiência – destacou o senador.

Para a audiência, será convidada a secretária extraordinária de Combate à Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ana Fonseca, além dos presidentes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Moisés Bauer, e da Rede Latino-Americana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias (Riadis), Regina Atalla.

Paim recebe hoje o Prêmio do Orgulho Autista

Ao registrar a celebração do Dia do Orgulho Autista, em 18 de junho, o senador Paulo Paim informou que será um dos 15 agraciados com o Prêmio Orgulho Autista, que será entregue hoje, na Rádio Nacional, em Brasília.

O senador lembrou que os autistas são contemplados em seu projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que aguarda votação na Câmara dos Deputados.

– Há dez anos apresentei

o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que infelizmente está engavetado na Câmara. O projeto traz benefícios para mais de 28 milhões de brasileiros que têm algum tipo de deficiência – declarou, em discurso ontem.

Paim também anunciou que participará de audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo para discutir o projeto que cria o Estatuto do Motorista Profissional, também de sua autoria.

Suplicy saúda decisão do STF de liberar a marcha da maconha



O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) celebrou ontem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de considerar legais as marchas que pedem a descriminalização do consumo de maconha.

Ele observou que, para os ministros do STF, os direitos constitucionais de reunião e de livre expressão do pensamento garantem a realização dessas marchas.

– Todos os ministros ressaltaram que a liberdade de expressão e de manifestação somente pode ser proibida quando for dirigida a incitar ou provocar ações ilegais e iminentes – lembrou Suplicy.

Maldaner anuncia debate da Comissão de Defesa Civil em Manaus



Casildo Maldaner (PMDB-SC) anunciou a realização, hoje, de mais uma audiência pública da Comissão Especial de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, dessa vez em Manaus, para

ouvir a opinião dos envolvidos com a defesa civil de toda a região amazônica.

O senador, responsável pela elaboração do anteprojeto de um novo marco regulatório para a Defesa Civil, disse que os parlamentares vão ouvir o que há de melhor em cada parte do Brasil, buscando confrontar as ideias coletadas das experiências locais com as propostas já em tramitação.

Mozarildo destaca eleição de dirigentes do legislativo do GOB



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem esperar que “a recondução do irmão Marcassa” ao cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Grande Oriente do Brasil (GOB) possa

favorecer um trabalho harmônico de integração da maçonaria com a sociedade brasileira.

– Eu quero conclamar todos que estarão no sábado [amanhã], nesse evento, para que nós possamos de maneira democrática, obviamente respeitando aqueles que têm outra posição, eleger a nova mesa, reconduzindo o irmão Marcassa – assinalou.

Benedito de Lira aponta carência de saneamento básico

Benedito de Lira (PP-AL) alertou para a necessidade de infraestrutura para atender os 2 milhões de casas que serão construídas na segunda fase do programa Minha Casa, Minha Vida.

– É preciso atenção especial ao saneamento básico – disse.

Dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais para Saneamento citados pelo senador apontam um recuo de quase 30% nos investimentos em saneamento no primeiro trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010



Moréira Mariz/Senado Federal

Jayme quer regulamentação da Emenda 29

O senador Jayme Campos (DEM-MT) pediu a votação do projeto (PLS 121/07) que regulamenta a Emenda 29 pela Câmara dos Deputados.

Ele criticou a proposta de criar a Contribuição Social para a Saúde (CSS), que classificou de “CPMF travestida”. Além de penalizar o contribuinte, a CSS representaria menos recursos para a saúde do que o projeto, disse.

– A voz corrente clama pela única solução possível: a regulamentação da Emenda 29 – reiterou.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Geovani Borges: solidariedade aos bombeiros do Rio

Geovani Borges (PMDB-AP) manifestou sua solidariedade aos bombeiros militares do Rio de Janeiro.

– As recentes manifestações no Rio de Janeiro não podem ser encaradas como fato isolado. São justas as reivindicações que fazem por um plano de carreira, reposição salarial e melhores condições de trabalho. Os soldados do Rio de Janeiro recebem o pior soldo do país: R\$ 1.031,38, sem vale transporte – afirmou, salientando que as diferenças salariais dos bombeiros militares são muito grandes e precisam ser reduzidas.



Waldemir Barreto/Senado Federal